

Formulário de Resposta aos recursos - CES S11 – CONTROLADOR INTERNO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 38	Não contempla uma alternativa totalmente correta e completa, como exige o padrão de objetividade de concursos públicos.	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 42	A presente questão foi anulada por não apresentar nenhuma alternativa plenamente correta de acordo com o conteúdo legal e doutrinário aplicável, inviabilizando a identificação de um gabarito adequado.	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 46	<p>A alternativa correta é: (E) O valor recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre seu valor em uso e seu valor líquido de venda, devendo ser aplicado apenas quando houver indícios de desvalorização.</p> <p>De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos) e com os princípios contábeis internacionais (IAS 36):</p> <p>O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre:</p> <p>seu valor líquido de venda (valor que seria obtido na venda do ativo, menos os custos da venda), e</p> <p>seu valor em uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados do uso contínuo do ativo e de sua venda ao final da vida útil).</p> <p>(A) Incorreta – Ativos intangíveis gerados internamente, como marcas e goodwill, geralmente não podem ser capitalizados, pois não há base confiável de mensuração se não houver transação ou evento identificável. Isso está previsto na NBC TG 04.</p> <p>(B) Incorreta – Nem todos os ativos são mensurados pelo valor justo. O valor justo é usado em situações específicas, como ativos para venda ou instrumentos financeiros. Muitos ativos permanecem no custo histórico ou custo menos depreciação, conforme o modelo contábil adotado.</p> <p>(C) Incorreta – A reavaliação de ativos imobilizados deve ser baseada em laudo técnico confiável, e não apenas por decisão da assembleia. Além disso, a reavaliação para cima não pode ser feita indefinidamente sem fundamento técnico e legal.</p> <p>(D) Incorreta – Ativos mantidos para venda devem ser mensurados pelo menor valor</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda, conforme a NBC TG 31 (Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada). Não se usa o custo histórico nesse caso.		
TIPO 1: 47	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(A) No regime de caixa, as transações são registradas apenas quando ocorre o ingresso ou desembolso de recursos financeiros, sendo este o método adotado para a contabilidade orçamentária.</p> <p>De acordo com a Lei nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal:</p> <p>A contabilidade orçamentária adota o regime de caixa, ou seja, as receitas são registradas quando arrecadadas e as despesas quando pagas.</p> <p>Já a contabilidade patrimonial adota o regime de competência, ou seja, os atos e fatos são registrados no momento em que ocorrem, independentemente de pagamento ou recebimento.</p> <p>Isso está de acordo com o que dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/64:</p> <p>Art. 35 - Pertencem ao exercício financeiro:</p> <p>I - as receitas nele arrecadadas;</p> <p>II - as despesas nele legalmente empenhadas.</p> <p>Portanto, a contabilidade orçamentária (ingressos e desembolsos de recursos) é feita pelo regime de caixa.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 49	<p>A alternativa correta é: (A) É imprescindível que os recursos de terceiros sejam separados dos saldos gerais do ente e sejam manejados conforme a finalidade específica para a qual foram destinados.</p> <p>De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os recursos de terceiros sob posse do ente público, como cauções, consignações, depósitos judiciais e precatórios a pagar a terceiros, não pertencem ao ente, mas devem ser reconhecidos, registrados e controlados separadamente.</p> <p>Esses recursos:</p> <p>Devem ser segregados dos demais saldos bancários para evitar uso indevido;</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Têm vinculação específica (ex: caução para garantir contrato, depósito para pagamento de precatório etc.);</p> <p>Possuem regras próprias para devolução ou destinação;</p> <p>A falta de controle contábil e financeiro pode resultar em impropriedades ou ilegalidades nas contas públicas.</p> <p>(B) Incorreta – A devolução de recursos de terceiros deve ser sim controlada e registrada, pois representa uma obrigação do ente público com o titular do recurso. Não registrá-los fere os princípios da contabilidade pública.</p> <p>(C) Incorreta – É obrigatório o monitoramento das unidades gestoras que movimentam esses recursos, pois o uso indevido ou má gestão pode trazer responsabilidades legais e comprometer a transparência fiscal.</p> <p>(D) Incorreta – Precatórios e cauções não são despesas do ente. Eles representam obrigações de pagamento em nome de terceiros. A despesa só se caracteriza quando o ente é o obrigado final, o que não é o caso desses recursos vinculados.</p> <p>(E) Incorreta – Os recursos de terceiros devem obedecer à destinação específica. Uso irrestrito é vedado, pois configura desvio de finalidade e pode configurar ato de improbidade administrativa.</p>		
--	---	--	--